

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.760 - MA (2019/0080782-7)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO
EST DO MA
ADVOGADO : FELIPE JOSÉ NUNES ROCHA E OUTRO(S) - MA007977

DECISÃO

Trata-se de agravo de FAZENDA NACIONAL, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim ementado (e-STJ fl. 182):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REQUISIÇÃO DE FICHAS FINANCEIRAS. APELO NÃO PROVIDO.

1. Relativamente à prescrição, sempre defendi o entendimento no sentido de que a prescrição da execução conta-se do trânsito em julgado do processo de conhecimento, não havendo que se falar em interrupção e/ou suspensão da prescrição pelo requerimento de fichas financeiras e juntada de documentos pretendidos pela parte exequente.

2. Quando do julgamento da apelação cível nº 3032-18.2009.4.01.3400, no qual fiquei vencido, esta 7ª Turma firmou o entendimento no sentido de que a requisição de documentos necessários para a confecção dos cálculos interrompe o curso do prazo prescricional.

3. Como restou comprovado nos autos os embargados/exeqüentes não se mantiveram inertes após a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento, tendo o atraso no ajuizamento do processo de execução decorrido de demora da União no fornecimento dos documentos necessários para a elaboração dos cálculos pertinentes (fichas funcionais e financeiras dos servidores exeqüentes).

4. Apelação a que se nega provimento.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 192/195).

No apelo nobre, a recorrente aponta violação do art. 21 da Lei 4.717/1965, dos arts. 197 a 204 do Código Civil/2002 e da Súmula 150/STF. Sustenta que, na presente hipótese, estar-se-ia desconsiderando a jurisprudência pacificada do STJ, no sentido de que é insuficiente o requerimento do fornecimento de fichas financeiras com o fito da elaboração de cálculos para fins de interrupção do prazo prescricional. Outrossim, alega que "o interstício prescricional da pretensão executória se inicia com o trânsito em julgado da decisão exequenda" (e-STJ fl. 202).

Contrarrazões apresentadas.

Interposto agravo, devidamente contraminutado.

Passo a decidir

Inicialmente, destaco que conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões

publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo 3 do STJ).

Feita essa anotação, no tocante à alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto ao mérito, assentou o Tribunal de origem que a "presente execução (ajuizada em 10/03/2011) é mero desmembramento do processo 2009.37.00.004945-6, execução coletiva proposta pelo SINDSEP em 07/08/2008, que, por força de decisão judicial transitada em julgado em 09/2010, limitou aos cinco primeiros substituídos a execução, extinguindo-a em relação aos demais" (e-STJ fl. 179).

A Fazenda Nacional, todavia, alega que, "considerando que o trânsito em julgado do Mandado de Segurança 1998.01.00.016262-9/MA ocorreu em março de 2000 e que os exequentes apenas ingressaram com a ação executória em março de 2011, consumou-se a prescrição da pretensão executória" (e-STJ fl. 202).

Nesse contexto, verifica-se que tanto o número do processo referido pela recorrente quanto os marcos temporais indicados divergem daqueles consignados expressamente no voto condutor do julgado. Desse modo, demandaria simples reexame de provas, consistente na análise de peças processuais, a revisão do entendimento do Tribunal de origem quanto ao tema relativo ao prazo prescricional, providência que, em recurso especial, encontra óbice na Súmula do STJ.

De qualquer modo, cabe registrar que a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que incide o lapso prescricional pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150 do STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar, em regra, qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos na administração ou com terceiros". Todavia, ao julgar embargos de declaração opostos àquele acórdão, modulou os efeitos da decisão, nos seguintes termos: "para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha essa providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/06/2017" (EDcl no REsp 1.336.026/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 22/6/2018).

Nesse sentido, refiro-me aos seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA 880/STJ. MODULAÇÃO TEMPORAL.

1. Acerca do prazo prescricional de execução de sentença contra a Fazenda Pública, o STJ, nos autos do REsp 1.336.026/PE, julgado pela sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, consolidou entendimento no sentido de que a demora no fornecimento de documentação (fichas financeiras) em poder da Administração Pública não tem o condão de influenciar no período de tempo, incidindo o mesmo prazo do processo de conhecimento, nos termos do que dispõe a Súmula 150/STF.

2. Ocorre que a Primeira Seção acolheu parcialmente os embargos de declaração dos autores, com efeitos modificativos, a fim de modular a referida questão nos seguintes termos: "para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017" (EDcl no REsp 1.336.026/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 22/6/2018).

3. No caso concreto, a Corte de origem concluiu que, a despeito do lapso temporal havido entre o trânsito em julgado da ação de conhecimento e o ajuizamento da execução, não incide a prescrição executória, pois não teria corrido o lustro prescricional enquanto o credor promovia as diligências para viabilizar a execução.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 538.481/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 11/02/2020).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO OCORRÊNCIA EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. DEMORA PARA O FORNECIMENTO DAS FICHAS FINANCEIRAS. MATÉRIA JULGADA NO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA Nº 1.336.026/PE. TEMA Nº 880. EFEITOS DO JULGADO MODULADOS PELA PRIMEIRA SEÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO AJUIZADA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO ANTES DE 17/03/2016. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. 30/06/2017. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste a alegada ofensa ao art. art. 535 do CPC/1973, pois conforme depreende-se dos autos, o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou da questão suscitada, resolvendo, portanto, de modo integral a controvérsia posta.

2. A Primeira Seção do STJ no julgamento do REsp n. 1.336.026/PE, submetido ao rito dos recursos especiais repetitivos, firmou as seguintes teses: I) o prazo prescricional da execução é o mesmo da ação de conhecimento nos termos da Súm. n. 150/STF; II) o procedimento de liquidação integra o processo de conhecimento; III) se o título executivo não evidenciar o *quantum debeatur*, somente após a sua liquidação é que se poderá falar em inércia para execução; IV) o prazo prescricional de cinco anos para o início da execução contra a Fazenda Pública se inicia a partir da vigência da Lei n. 10.444/2002 (a qual foi sucedida pelos arts. 475-B, §§ 1º e 2º, do CPC/1973), tendo em vista a desnecessidade de uma fase prévia à execução.

3. Contudo, no julgamento dos Embargos de Declaração, a Primeira Seção

esclareceu que os efeitos do julgado proferido no REsp n. 1.336.026/PE, que o julgamento proferido nesses autos tem como objeto a eventual prescrição da pretensão executiva dos títulos judiciais proferidos quando da vigência do CPC/1973, em razão da demora no fornecimento de documentos (fichas financeiras) pelo ente público devedor para formulação dos cálculos.

4. Nessa mesma oportunidade, a Primeira Seção, com fundamento no art. 927, § 3º, do CPC/2015, modulou os efeitos das teses jurídicas para definir o dia 30 de junho de 2017 como o termo inicial do prazo prescricional das pretensões executivas fundadas em título judiciais, firmados ainda durante a vigência do CPC/1973, que estejam dependendo do fornecimento de documentos ou fichas financeiras pelo executado.

5. No presente caso, o título judicial transitou em julgado em 16/11/2005, ou seja, antes de 17/03/2016, razão pela qual o termo inicial do prazo prescricional deve ser o dia 30/06/2017, nos termos da modulação dos efeitos da decisão firmada no Tema nº 880/STJ, não restando caracterizada a prescrição da pretensão executiva.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.371.026/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 05/03/2020).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Majoro os honorários recursais em 10% sobre o valor fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator